



**PROJETO DE LEI Nº 112/2025**

**DATA: 25/08/2025**

**SÚMULA: Reestrutura o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, institui o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial, revoga a Lei nº 72/2017 e dá outras providências.**

**RAPHAEL DIAS SAMPAIO**, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER**

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

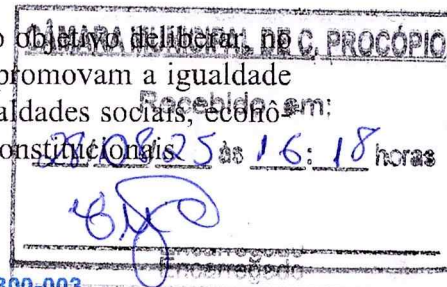
**LEI:**

**CAPÍTULO I**  
**Da Natureza e das Finalidades**

**Art. 1º** Fica criado o **Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR**, órgão colegiado, deliberativo, consultivo, fiscalizador, propositivo, mobilizador e permanente, de composição paritária, vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Criança e Adolescente, Juventude e Idoso.

**Art. 2º** Compete ao COMPIR desenvolver estudos, propor medidas e fiscalizar políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial, ao combate ao racismo e à efetivação de ações afirmativas, reconhecendo as populações negras, indígenas e outras etnias vulneráveis como agentes sociais de produção de conhecimento, de riqueza e de preservação de suas tradições.

**Art. 3º** O COMPIR tem como objetivo deliberar, no âmbito de sua competência, acompanhar e avaliar políticas que promovam a igualdade racial e étnica, visando combater a discriminação, reduzir desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais e assegurar a efetividade dos direitos constitucionais.





## **CAPÍTULO II**

### **Das Competências**

**Art. 4º** Compete ao COMPIR:

I – representar as comunidades negras e demais etnias perante o Poder Público, em todas as suas instâncias;

II – propor políticas municipais de promoção da igualdade racial e acompanhar sua implementação;

III – realizar estudos, pesquisas e levantamentos sobre as condições da população negra, indígena e demais minorias étnico-raciais do Município;

IV – monitorar e avaliar a execução de políticas públicas voltadas à igualdade racial;

V – propor medidas que assegurem cidadania e igualdade nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais;

VI – assessorar órgãos públicos e privados na elaboração de projetos e programas relacionados à promoção da igualdade racial;

VII – zelar pelo cumprimento dos direitos e garantias constitucionais relacionados à infância, juventude, idosos, mulheres, populações negras, indígenas e demais etnias, com atenção às questões de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e liberdade religiosa;

VIII – participar da elaboração da LDO, LOA e PPA, garantindo dotação orçamentária às políticas de igualdade racial;

IX – propor a modificação ou revogação de leis, regulamentos e práticas discriminatórias;



X – promover canais de diálogo com a sociedade;

XI – receber e encaminhar denúncias de discriminação étnico-racial e acompanhar sua apuração;

XII – propor pesquisas e estudos sobre memória, cultura e história das populações étnico-raciais;

XIII – elaborar, aprovar e alterar seu Regimento Interno;

XIV – organizar conferências e pré-conferências municipais de promoção da igualdade racial, conforme diretrizes estaduais e nacionais.

**Parágrafo único.** A nomeação e posse dos conselheiros serão realizadas pelo Prefeito, obedecendo às indicações das entidades e órgãos representados.

### **CAPÍTULO III**

#### **Da Composição e do Mandato**

**Art. 5º** O COMPIR será composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:

#### **I – Sociedade Civil (06 membros):**

a) 02 representantes de organizações negras ou estudantis, legalmente constituídas há pelo menos dois anos;

b) 01 representante de religiões de matriz africana;

c) 02 representantes de sindicatos ou associações comunitárias;



ais.

d) 01 representante de migrantes ou outras etnias raci-

## **II – Poder Público Municipal (06 membros):**

ção;

a) 01 representante da Secretaria Municipal da Educa-

b) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde;

tência Social;

c) 01 representante da Secretaria Municipal de Assis-

e do Idoso;

d) 01 representante da Secretaria Municipal da Mulher

e Turismo;

e) 01 representante da Secretaria Municipal da Cultura

volvimento Econômico.

f) 01 representante da Secretaria Municipal de Desen-

**Art. 6º** O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitidas 02 (duas) reconduções.

§1º Os membros da sociedade civil serão escolhidos entre os delegados indicados na Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial.

§2º Os membros do Poder Executivo poderão ser substituídos a qualquer tempo por ato do Prefeito.

**Art. 7º** A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público, não remunerada, garantindo-se certificado de participação.





## **CAPÍTULO IV**

### **Da Organização Interna**

**Art. 8º** O COMPIR terá a seguinte estrutura:

- I – Assembleia Geral;
- II – Mesa Diretora;
- III – Secretaria Executiva.

**Art. 9º** A Assembleia Geral é o órgão máximo do COMPIR e soberano em suas decisões.

**Art. 10.** A Mesa Diretora será composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário, eleitos pela maioria absoluta da Assembleia, para mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

**Parágrafo único.** Os cargos de Presidente e Vice-Presidente serão ocupados alternadamente entre representantes governamentais e da sociedade civil.

**Art. 11.** O COMPIR poderá instituir comissões temáticas e grupos de trabalho, temporários ou permanentes.

**Art. 12.** O Regimento Interno será elaborado no prazo de 60 (sessenta) dias após a posse, mediante aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros.

**Art. 13.** O COMPIR reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, quando convocado pela Presidência ou por requerimento da maioria simples de seus membros.

## **CAPÍTULO V**

### **Da Conferência Municipal**

**Art. 14.** A Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial será realizada a cada 02 (dois) anos, preferencialmente de forma articulada com as etapas estadual e nacional.

**Art. 15.** A Conferência Municipal tem por finalidade avaliar e propor políticas públicas de promoção da igualdade racial e referendar os membros não governamentais eleitos para o COMPIR.



## **CAPÍTULO VI**

### **Do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial**

**Art. 16.** Fica instituído o **Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FMPIR**, vinculado à Secretaria Municipal da Mulher, Criança e Adolescente, Juventude e Idoso.

**Art. 17.** Constituem receitas do Fundo:

- I – dotações orçamentárias próprias e créditos adicionais;
- II – transferências de outras entidades públicas;
- III – rendimentos de aplicações financeiras;
- IV – auxílios, doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- V – recursos provenientes do Sistema Nacional, Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial;
- VI – outras receitas que lhe forem destinadas.

**Art. 18.** A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial dependerá de:

- I – deliberação do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, no âmbito de suas competências;
- II – aprovação da Secretaria Municipal da Mulher, Criança e Adolescente, Juventude e Idoso, responsável pela gestão administrativa e financeira.

§1º As propostas de aplicação dos recursos deverão estar em consonância com o Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial e com as diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal.

§2º A execução orçamentária e financeira caberá exclusivamente ao Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria competente.

**Art. 19.** O Fundo será movimentado em conta especial em instituição financeira oficial, sob responsabilidade da Secretaria de Finanças.



## **CAPÍTULO VII**

### **Disposições Gerais e Transitórias**

**Art. 20.** As funções dos membros do COMPIR não serão remuneradas, sendo consideradas de serviço público relevante.

**Art. 21.** O Poder Executivo garantirá a infraestrutura necessária ao funcionamento do COMPIR.

**Art. 22.** As resoluções do COMPIR serão publicadas no órgão oficial do Município.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei nº 72/2017 e demais disposições em contrário.

**Gabinete do Prefeito, 25 de agosto de 2025.**

RAPHAEL DIAS  
SAMPAIO:918  
20340953

Assinado de forma  
digital por RAPHAEL  
DIAS  
SAMPAIO:918203409  
53

**Raphael Dias Sampaio**  
Prefeito





## **JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 112/2025**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Encaminhamos à apreciação desta Casa Legislativa o Projeto de Lei que reorganiza o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR e institui o Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FMPIR.

A presente iniciativa se fundamenta na necessidade de fortalecer a atuação do Município de Cornélio Procopio no enfrentamento ao racismo, na valorização da diversidade étnico-racial e na implementação de políticas públicas afirmativas, em consonância com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), bem como com as diretrizes da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

O Conselho Municipal, criado pela Lei nº 72/2017, carecia de reestruturação para garantir maior representatividade, participação social e adequação às atuais demandas locais e nacionais. A nova proposta amplia a composição, define claramente as competências e estabelece mecanismos de diálogo permanente entre a sociedade civil e o Poder Público.

Além disso, a criação do Fundo Municipal de Promoção da Igualdade Racial – FMPIR constitui um instrumento essencial de gestão financeira e orçamentária, permitindo a captação de recursos de diversas fontes (municipais, estaduais, federais e de cooperação com entidades privadas), garantindo autonomia e sustentabilidade na execução de programas, projetos e ações de combate às desigualdades raciais.

A institucionalização do Fundo representa um avanço, pois possibilitará apoio a projetos comunitários, capacitação de gestores, realização de pesquisas, eventos culturais e campanhas educativas, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma transparente e participativa, sob fiscalização do Conselho Municipal.

Assim, o Projeto de Lei ora apresentado se mostra indispensável para que o Município atue de forma efetiva no enfrentamento das desigualdades raciais históricas, promoção da equidade social e respeito à diversidade, fortalecendo a democracia e assegurando a cidadania plena a todos os seus habitantes.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei, certos de que contribuirá de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária em nosso Município.

Assim, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação do presente projeto em regime de urgência.

Atenciosamente, RAPHAEL DIAS  
SAMPAIO:918203  
40953

Assinado de forma  
digital por RAPHAEL  
DIAS  
SAMPAIO:91820340953

**Raphael Dias Sampaio**  
Prefeito